



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. V (2004)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

O «aviso» anónimo sobre João Micas na colecção de S. Vicente

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim 

Como Citar | How to Cite

Tavim, José Alberto Rodrigues da Silva. 2004. «O «aviso» anónimo sobre João Micas na colecção de S. Vicente». *Anais de História de Além-Mar* V: 253-282. <https://doi.org/10.57759/aham2004.37789>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2004. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2004. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).

The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

O «AVISO» ANÓNIMO SOBRE JOÃO MICAS NA COLECÇÃO DE S. VICENTE

por

JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DA SILVA TAVIM *

Joham Micas parttio agora para Costamtinopla ou omde o Turco estiuer com carttas de Framça para ser fauorecido comtra Veneçianos por que com semtença dada nam lha querem restetuir. E eu lhe dey hum comtrasenho para que me auisase se auia armada para a Jmdia e de quamtas gales. Vossa merçe o digua. A Sua Alteza.

Este documento singelo, que se encontra no fólio 165 do livro 8 da Colecção de S. Vicente, depositada no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em Lisboa, é de facto a prova mais candente da ligação directa do referido João Micas às ambições turcas em relação à Índia.

O documento não está assinado, nem datado, mas é fácil chegar a conclusões sobre o assunto. Trata-se de um «aviso»¹ escrito com a mesma letra de outros «avisos» inseridos na carta que o então embaixador de Portugal em Roma – o comendador-mor, D. Afonso de Lencastre² – enviou a D. João III em 11 de Novembro de 1553³. Apurado o autor, falta solucionar a questão da

* Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical.

¹ Sobre os «avisos» que se podem, em parte, comparar aos actuais despachos, vide Dejanirah COUTO, «L'espionnage portugais dans l'empire ottoman au XVI^e siècle», in *La Découverte, le Portugal et l'Empire : Actes du Colloque*, Paris, 26-28 de Maio de 1988, pub. por Jean AUBIN, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 254-256.

² Sobre D. Afonso de Lencastre, comendador-mor da Ordem de Cristo, e seu desempenho como embaixador em Roma entre 1550 e 1559, vide D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, t. IX, 1951, pp. 35-38; e Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, nova ed., preparada e prefaciada por Damião PERES, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, vol. 2, 1968, p. 590.

³ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Corpo Cronológico (CC)*, Parte (P.) I, maço (m.) 91, documento (doc.) 41. Pub. in *Corpo Diplomático Português contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas partes do Mundo, desde o século XVI até aos nossos dias. Relações com a Cúria de Roma*, ed. de L. A. Rebelo da SILVA, José da Silva Mendes LEAL e J. C. de Freitas MONIZ, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, t. VII, 1864, pp. 272-276. Vide em Apêndice os *fac-similae* do «aviso» aqui transcrito (doc. I) e dos «avisos» apensos a este documento (doc. II).

data. Esta não é difícil de apurar devido ao conteúdo. Refere-se ali que João Micas partira, então, para Constantinopla, ou seja, Istambul. Ora, esta saída de Micas verificou-se em Novembro de 1553, levando consigo cartas do rei de França – Henrique II – para que a Sereníssima restituísse a fortuna que lhe havia confiscado ⁴.

O «aviso» também não se encontra recortado nem apenso a uma carta do comendador, como seria devido, e se verifica na missiva de 11 de Novembro de 1553. O motivo é o conteúdo bem expresso e deveras comprometedor? D. Afonso de Lencastre pretendia que João Micas lhe transmitisse informações sobre a partida da armada turca para a Índia. O «aviso» teria sido alguma vez enviado à parte? Teria sido retido por precaução, jazendo esquecido na colecção vicentina? Ou será mais uma prova de que, passando João Micas para Istambul, não faria sentido enviar este «aviso» ao rei de Portugal?

*

O próprio João Micas é figura bem conhecida. Trata-se de um dos membros mais eminentes da família Nasci, a quem o sultão Suleyman I, o «Magnífico», concederia a ilha de Naxos, ficando também conhecido como D. Joseph Nasci, o «duque de Naxos».

A carreira e a família deste homem – considerado um líder sefardita do século XVI – interessou, pela sua complexidade e projecção, a um grupo de historiadores de renome. É o caso do erudito e patriota turco, Abraham Galanté, autor de um vasto conjunto de estudos sobre os judeus da Turquia, onde inclusivamente traduziu documentação original turca para a língua francesa ⁵, e que em 1913 redigiria o primeiro estudo amplo sobre a nossa personagem ⁶.

⁴ Cf. P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci, duc de Naxos*, Paris-Haia, Mouton, 1968, cap. IV, pp. 68-69. Escreve o autor nestas páginas: «Pour trois fois en quelques mois Miqués va trouver M. de Lansac [embaixador de Henrique II de França em Roma], lui fait ses offres de service. Il peut prêter au roi de France cinquante mille et même cent mille écus sans intérêt si Henri II intervient en sa faveur pour lui rendre son épouse et ses biens. Aucune réponse n'arrive de France. Toutefois, quand Miquez s'embarque en novembre 1553 pour Constantinople, il a obtenu de M. de Lansac des lettres adressantes au grand Seigneur et priant celui-ci de favoriser à Venise où son intervention est de grands poids, l'exécution de la sentence pontificale.» Sobre o assunto *vide* também Herman Prins SALOMON e Aron de Leone LEONI, «Mendes, Benveniste, de Luna, Micas, Nasci. The State of the Art (1532-1558)», in *The Jewish Quarterly Review*, vol. LXXXVIII, n.ºs 3-4, Janeiro-Abril de 1998, pp. 160-161. Traduzido como «Mendes, Benveniste, de Luna, Micas, Nasci. Em que ficamos? (1532-1558)», in *Comunicações apresentadas no I.º Colóquio Internacional O Património Judaico Português*, coord. de Maria Helena Carvalho dos SANTOS *et al.*, Lisboa, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1998, pp. 101-103.

⁵ Sobre Abraham Galante ou Galanté *vide* Albert E. KALDERON, *Abraham Galante. A Biography*, Nova Iorque, pub. pela Sepher-Herman Press Inc. para a Sephardic House at Congregation Shearit Israel, 1983. A obra mais conhecida de Abraham GALANTÉ é a sua *Histoire des Juifs de Turquie*, Istambul, Édition Isis, 9 ts., s.d. (1.ª ed. de 1926-1940).

⁶ Na verdade, trata-se de uma conferência realizada na Sociedade Bené-Bérith. Vide *Don Joseph Nassi, Duc de Naxos, d'après de nouveaux documents*, Constantinopla, Établissements J. & Fratelli Haim, 1913.

A ocidente, foi Cecil Roth que, além de vários artigos sobre os Nasci, tentou esboçar a primeira biografia completa de D. Joseph, na sua obra clássica *The House of Nasi: The Duke of Naxos*, publicada em 1948⁷. O tema seria retomado, com acréscimo de informação, por P. Grunebaum-Ballin, que em 1968 publicaria também o seu *Joseph Naci, duc de Naxos*. Obras sobre a família Mendes, em geral, ou sobre D. Grácia Nasci (Beatriz Mendes) – a famosa tia de D. Joseph Nasci – também não deixaram de apresentar contributos importantes sobre o percurso de D. Joseph. Entre as primeiras destaque-se o artigo que Herman Prins Salomon e Aron de Leone Leoni escreveram com o título «Mendes, Benveniste, de Luna, Micas, Nasci. The State of the Art (1532-1558)», em 1998⁸. Cecil Roth redigiu, também em 1948, a sua biografia sobre Doña Gracia Nasi⁹, a qual serviu como modelo a criações mais ou menos literárias, que enalteceram esta «mulher de negócios» *avant la lettre*, minimizando ou subalternizando na «Media» a personagem de Joseph Nasci, de qualquer forma idealizando estes dois elementos da família Nasci como líderes benéficos do seu Povo, tal como Ester ou Moisés nos tempos bíblicos¹⁰.

Trata-se assim de uma das melhores documentadas e estudadas personagens judaicas da Diáspora, no século XVI, embora a riqueza do seu percurso e o espaço geográfico percorrido façam com que se encontrem documentos originais dela, ou sobre ela, em diversos países, como é o caso do inédito aqui apresentado¹¹.

*

D. Joseph Nasci nasceu João Micas. Era filho do converso Dr. Agostinho Henriques Micas, professor de Medicina na Universidade de Lisboa, antes designado Samuel de José Nasci; irmão de Bernardo Micas, depois de 1558, Samuel Nasci; sobrinho por afinidade de D. Grácia Nasci; e seu primo coirmão, visto que sua mãe – uma Mendes Benveniste – era cunhada e ao mesmo tempo tia daquela.

⁷ Publicada em Nova Iorque, pela Greenword Press.

⁸ *Vide supra*, nota 4.

⁹ Edição mais recente em francês, traduzida do inglês por Claude Bonnafont e prefácio de Cathérine Clément, Paris, Liana Levi, 1990.

¹⁰ *Vide*, por exemplo, Edgarda FERRI, *A judia Grazia Nazi. Do Portugal da Inquisição à Terra Prometida*, Lisboa, Quetzal, 2002 (o título original em italiano é *Lebrea errante Donna Grazia Nasi dalla Spagna dell'Inquisizione alla Terra Promessa*, ed. pelas Edizioni Mondadori, 2000); de Andrée Aelion BROOKS, o seu *The Woman who Defied Kings. The life and time of Doña Gracia Nasi – A Jewish leader during the Renaissance*, St. Paul, Minnesota Parangais House, 2002; e sobretudo Cathérine CLÉMENT, *A Senhora*, Lisboa, Asa, 1997 (título original *La Senora*, ed. pela Calman-Lévy, em 1992).

¹¹ O professor Pier Cesare Ioly Zorattini informou-nos que havia encontrado um documento inédito sobre Joseph Nasci, em Ravena, de que resultaria um escrito sobre o assunto.

Esta família tinha raízes em Castela, e possuía membros proeminentes como o «Rab de la Corte», Abraham Benveniste (1406-1454), e Diogo e Francisco Mendes Benveniste, tios de João Micas, convertidos ao Cristianismo em Portugal, no ano de 1497¹². Diogo Mendes, associado aos Affaittadi de Cremona, acordara em Antuérpia a venda das especiarias orientais trazidas pelos portugueses, nos Países Baixos e na Europa Central e do Norte, no contexto do monopólio régio português das mesmas. Foi também prestamista do imperador Carlos V e do rei Henrique VIII de Inglaterra¹³. Em 1532, Diogo foi preso em Antuérpia, acusado de judaizar, de favorecer a fuga de cristãos-novos para o Império Otomano, e ainda de monopolizar o comércio da pimenta. Mas acabou por ser rapidamente libertado por pressão dos reis de Portugal e de Inglaterra, e a troco de uma caução de 50 000 ducados, emprestados sem juros ao imperador Carlos V. Por sua vez, o irmão, Francisco Mendes, representante da Casa que se manteve em Lisboa, e casado com Beatriz de Luna – depois de 1552, D. Grácia Naschi – ficou conhecido como um dos cristãos-novos mais abastados, que tentavam demover a Santa Sé de estabelecer a Inquisição em Portugal. Mesmo quando estes esforços se tornaram ineficazes, conseguiu obter para si e para os seus familiares, do papa Clemente VII, um «breve de protecção», datado de 11 de Dezembro de 1531. Morreu, porém, em Janeiro de 1535, após o nascimento da única filha e herdeira – Ana. Beatriz de Luna solicitou um alvará para fazer inventário da fazenda do marido durante quatro anos. D. João III, que pretendia casar Ana com um elemento do Paço, para aceder a metade da fortuna, recusou o pretendido alvará e só concedeu um mês de intervalo para o início da inventariação dos bens. Em Maio de 1537 foi feito o inventário e logo o rei tentou controlar a criança, levando-a para a corte. Este verdadeiro assédio à fortuna da Casa Mendes e o receio das consequências do estabelecimento da Inquisição em Portugal – legalizada em 18 de Novembro de 1536 – levou à fuga de uma parte importante da família, ainda que no seio da Europa cristã. Em 1537 Diogo Mendes fretaria um barco inglês em Antuérpia para ir buscar os seus familiares em Lisboa: embarcaram D. Beatriz de Luna, sua filha Ana, a irmã Brianda de Luna, a cunhada, que era viúva do Dr. Agostinho Micas, e os filhos deste casal – Bernardo e João Micas. Após uma estadia em Cardiff chegaram a Antuérpia, onde Brianda de Luna casou com Diogo Mendes, em 1539. Um ano depois nascer-lhes-ia uma filha a que puseram o nome de Beatriz, e que ficaria apodada de «La Chica», para se distinguir da tia¹⁴.

¹² Cf. H. P. SALOMON e A. L. LEONI, «Mendes...», cit., in *The Jewish Quarterly Review*, vol. LXXXVIII, n.ºs 3-4, Janeiro-Abril de 1998, pp. 148-152 e 169-174; e in *O Património Judaico Português*, pp. 94-95 e 107-112; e P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., pp. 28-34.

¹³ Cf. Cecil ROTH, *Doña Gracia Nasi*, pp. 38-39; e Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editorial Presença, vol. III, 1982, p. 212.

¹⁴ Cf. H. P. SALOMON e A. L. LEONI, «Mendes...», cit., in *The Jewish Quarterly Review*, vol. LXXXVIII, n.ºs 3-4, Janeiro-Abril de 1998, pp. 149-151; e in *O Património Judaico Português*, pp. 90-95; e P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., pp. 28-32.

Estava reunida a família, que se irá separar e reunir de novo, ao sabor dos ventos das perseguições e dos assédios.

*

Não obstante uma passagem pela Universidade de Lovaina, os estudos dos dois irmãos Micas foram desvanecidos pela morte de Diogo Mendes, em 1543. Este deixou a «Casa» e a tutela da filha Beatriz até ao seu casamento e maioridade, a cargo da cunhada Beatriz e do sobrinho João Micas.

Durante a sua estadia em Antuérpia, João Micas não deixou de auxiliar os foragidos aos ardores da Inquisição, intervindo junto da rainha-regente dos Países Baixos, D. Maria da Hungria. Contudo, um decreto imperial de 1544 poria fim à tolerância do Conselho do Brabante, e a partir dessa data toda a ajuda teve que ser prestada em termos secretos, através do acolhimento em residência e pagamentos.

Em 1545 D. Beatriz deixaria Antuérpia em direcção a Veneza, receando estas imposições e a pretensão de Carlos V de casar Ana com um nobre chamado D. Fernando de Aragão. Não deixou, porém, de passar previamente por Lyon, onde existia importante colónia de cristãos-novos e onde a família Mendes detinha interesses comerciais, recentemente incrementados por iniciativa de João Micas¹⁵. De Veneza, as viúvas Mendes e suas filhas delegaram em João Micas a missão de exigir junto de D. Maria da Hungria a restituição dos seus bens. De facto, os cofres não foram restituídos, mas Micas conseguiu a salvaguarda da restante fortuna familiar; a troco de um empréstimo de 200 000 libras¹⁶, juntando-se a D. Beatriz só em 1546.

D. Beatriz e João Micas estiveram envolvidos na publicação de obras literárias. Em 1553, Abraão Usque publicaria a *Bíblia de Ferrara*, cuja versão hebraica seria dedicada a D. Grácia Nasci; e Samuel Usque também dedicaria a *Consolação às Tribulações de Israel*, impressa em Ferrara, no mesmo ano, à dita Senhora¹⁷. É verdade que desde o Verão de 1552 que D. Grácia se encontrava em Istambul. Mas nesse mesmo ano de 1552, os impressores de Veneza também se mostraram proficientes: Alonso Nuñez de Reinoso dedicaria a sua novela *Clareo y Florisea*, a João Micas; e Ortensio Lando também lhe mostraria a sua afeição num dos seus *Due Panegirici* e nas suas *Lettere di Lucrezia Gonzaga de Gazuolo*. Constance H. Rose apresenta a hipótese de que o patrocínio de D. Grácia e de João Micas à actividade literária,

¹⁵ Sobre a deslocação a Lyon vide C. ROTH, *Doña Gracia Nasi*, pp. 63-64.

¹⁶ Sobre as negociações com D. Maria da Hungria vide Ernest GINSBURGER, «Marie de Hongrie, Charles-Quint, les veuves Mendès et les néo-Chrétiens», in *Revue des Études Juives*, t. LXXXIX, n.ºs 177-178, 1930, pp. 179-192.

¹⁷ Vide Samuel USQUE, *Consolação às Tribulações de Israel*, fac-símile da edição de Ferrara de 1553, com estudos introdutórios de Yosef Hayim Yerushalmi e José V. de Pina Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols., 1989.

quer de autores judeus quer de autores formalmente cristãos, além da pretensão do patronato sobre os artistas, que beneficiaria o seu estatuto social, teria como objectivo a obtenção de aliados cristãos fiáveis, que supervisionariam os seus interesses no Ocidente, não ficando à mercê das ameaças que recaíam sobre agentes conversos¹⁸. Então, tal demonstra que a estadia em Itália significou logo, desde o primeiro passo, a pretensão última de atingir a Turquia.

Mas foi em Veneza, igualmente, que se verificou a ruptura que assolaria a família e que é, ela própria, um sinal das angústias e das pretensões divididas que perpassavam a vida destes conversos: ficar no Ocidente, suportando todas as investidas que se verificavam, com fundamento ou não, sobre as suas pessoas; ou rumar para outros países, perdendo possivelmente alianças, fortunas e membros da família. Um «barco com dois lemes» – foi assim que Brian Pullan designou metaforicamente esta inconstância existencial¹⁹. De facto, foi em Veneza que Brianda de Luna exigiu em nome da filha parte dos bens da família, pois parecia não seguir as intenções da irmã em instalar-se no Império Otomano. Em Dezembro de 1548, um tribunal de Veneza decidiu que metade do capital ficaria na cidade, em nome da jovem Beatriz. Munida de salvo-conduto emitido pelo duque Hércules II, D. Beatriz partiu para Ferrara, continuando ali o pleito com D. Brianda²⁰. Teve, contudo, que regressar a Veneza, para resolver a demanda: 100 000 ducados de ouro foram depositados na Zecca, como pertencentes à jovem Beatriz. D. Beatriz devia receber 18.123,5 escudos de ouro de Itália (equivalente ao dote e juros). Quanto a D. Beatriz, foi-lhe concedida plena liberdade de movimento, e reconhecida a gestão de todas as operações financeiras da Casa Mendes. Este acordo foi ratificado em 12 de Junho de 1552, ficando Micas e outros agentes da Casa em Veneza²¹.

¹⁸ Vide o seu artigo «New Informations on the Life of Joseph Nasi, Duke of Naxos: The Venetian Phase», in *The Jewish Quarterly Review*, new series, vol. LX, 1969-1970, pp. 330-338. O outro dos *Due Panegirici* de Ortensio Lando é dedicado a Bernardo Micas. Sobre o caso de Reinoso vide ainda o excelente artigo de Marcel BATAILLON, «Alonso Núñez de Reinoso et les marranes portugais en Italie», in *Revista da Faculdade de Letras*, t. III, n.º 1 – *Miscelânea de Estudos em homenagem ao Prof. Hernâni Cidade* – 1957, pp. 5-25.

¹⁹ Vide o seu artigo «A ship with two rudders»: “Righetto Marrano” and the Inquisition of Venice», in *The Historical Journal*, n.º 20, 1977, pp. 25-58.

²⁰ Sobre a fase de estadia em Ferrara, que não importa desenvolver no contexto deste estudo, vide C. ROTH, *Doña Gracia Nasi*, cap. 4; P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Nasi...*, cit., cap. 3; e Aron de Leone LEONI, «Documenti e Notizie sulle famiglie Benveniste e Nassi a Ferrara», in *Rassegna Mensile di Israel*, vol. LVIII, 3.ª série, 1992, pp. 111-136.

²¹ Veja-se C. ROTH, *Doña Gracia Nasi*, cap. 3; P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Nasi...*, cit., cap. 3; e H. P. SALOMON e A. L. LEONI, «Mendes...», cit., in *The Jewish Quarterly Review*, vol. LXXXVIII, n.ºs 3-4, Janeiro-Abril de 1998, pp. 155-159; e in *O Património Judaico Português*, pp. 97-100.

*

Também em Junho de 1552, D. Beatriz de Luna conseguiu concretizar a sua decisão: partiu com a sua filha e criados em direcção a Istambul. Mudou então o nome para Grácia Nasci, e o de sua filha para Reina, no sentido de assumir abertamente outra identidade sócio-religiosa. Como veremos, eram também seus objectivos salvaguardar a existência dos familiares mais próximos que ainda restavam no Ocidente, transferindo-os para a Sublime Porta (com excepção da irmã Brianda); e assegurar os seus interesses económicos no Ocidente, servindo-se igualmente da protecção dos sultões turcos. Cerca de 1557, o Dr. Andrés Laguna, na sua *Viaje de Turquía*, descreve a entrada de D. Grácia na capital otomana. Diz ele que a Senhora entrou na cidade, rodeada de um cortejo de quarenta cavalos. Do séquito, que se deslocava em quatro carros triunfais, fazia parte um conjunto de damas e criadas espanholas. D. Grácia conseguiu ainda do sultão que os seus criados não usassem a tradicional touca mas gorros, e que se vestissem à veneziana ²².

É lógico que uma instalação tão faustosa e fácil foi bem planeada. De facto, de há muito tempo que D. Grácia enviava secretamente parte dos seus bens aos seus agentes em Istambul, sob a protecção e influência do médico pessoal de Suleyman I, o «Magnífico» – Moisés Hamon. Este, por sua vez, aliciava o sultão sobre os benefícios para o Império da entrada destes, e de outros conversos, e pretendia casar seu filho mais velho com a jovem Reina. Na verdade, Moisés Hamon não conseguiu ficar imune às intrigas da corte e sabemos que a sua influência decaiu antes do seu falecimento, provavelmente devido à demissão do seu aliado, o grão-vizir Rustam Paxá ²³. Mas serão os Nasci que vão aproveitar este «vazio» deixado por Moisés, tornando-se uma das grandes Casas judaicas do Império Otomano.

João e Bernardo Micas continuaram a viver no Ocidente por mais dois anos, como já referimos, para assegurarem ali os interesses da família. Foram depois banidos de Veneza, devido a um episódio truculento. Sabemos que, permanecendo D. Brianda em Veneza, as autoridades da Sereníssima mostraram-se tão ávidas da sua fortuna, e da jovem Beatriz, como aconte-

²² Vide Cristóbal de VILLALÓN [atribuído a], *Viaje de Turquía*, in *Autobiografías e Memórias*, coleccionadas e ilustradas por M. Serrano y Sanz, Madrid, Libreria Editorial de Bailly Bailliére e Hijos, t. II, 1905, Colóquio IX, p. 131. Marcel BATAILLON demonstrou que o verdadeiro autor desta obra é Andrés LAGUNA – cf. *Erasmus y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*, trad. do francês de Antonio Alatorre, México-Madrid-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1979, pp. 669-692.

²³ Vide Mark Alain EPSTEIN, *The Ottoman Jewish Communities and their Role in the Fifteenth and Sixteenth Centuries*, Friburgo, Klaus Schwarz Verlag, 1980, p. 87. Sobre Moisés Hamon, vide Abraham GALANTÉ, *Médecins juifs au service de la Turquie*, Istambul, Imprimerie Babok, 1938, pp. 9-10; C. ROTH, *Doña Gracia Nasi*, pp. 69-71; Walter F. WEIKER, *Ottoman Turks and the Jewish Polity: A History of the Jews in Turkey*, Boston, University Press of America, Jerusalém, The Jerusalem Center for Public Affairs, 1992; e Simon MARCUS, «Haman», in *Encyclopaedia Judaica*, Jerusalém, Keter Publishing, vol. 7, 1971, pp. 1248-1249.

cera em Antuérpia relativamente a Reina: pretendiam que ela entregasse a filha e o seu dote de 100 000 ducados a um patrício veneziano. D. Brianda, entretanto, pediu um tempo de reflexão para escolher entre o referido patrício ou seu sobrinho, João Micas. Contudo, esta última pretensão era totalmente preterida pela República Veneziana. Foi então que, gorado o prazo, em Janeiro de 1553, João Micas, acompanhado de Bernardo, recorreu ao expediente de raptar a jovem prima, transportando-a aos territórios do duque de Ferrara, e daí até aos Estados Papais. Seria na Catedral de Ravena que, não obstante alguns contratempos, João obteria a autorização de celebrar núpcias com a jovem Beatriz. Contudo, a Sereníssima, indignada com o rapto, e por aviso materno, exigia a extradição do casal. Beatriz foi devolvida à mãe. Quanto a João Micas, então em Roma, e seu irmão, foram banidos de Veneza. João foi mesmo ameaçado de morte: além de uma pensão vitalícia de 200 ducados, quem o entregasse vivo seria premiado com 2000 ducados; e a quem o matasse à traição fora da República seriam entregues 1500 ducados. De Roma, João Micas ainda tentou assegurar a sua posição: ofereceu ao rei Henrique II de França um empréstimo de 100 000 ducados, sem juros, se este intercedesse junto da Sereníssima, para que esta lhe restituísse a mulher e a fortuna. Mas todos os esforços seriam gorados. E foi assim que, em Novembro de 1553, João e Bernardo, rodeados da sua comitiva, embarcaram em Ancona com destino a Istambul, sendo só então, nesta última cidade, circuncidados ²⁴.

Qual a verdadeira intenção dos Micas? Sabemos que o referido embaixador português em Roma – D. Afonso de Lencastre –, na mesma missiva enviada a D. João III, de 15 de Novembro de 1553, informava que João Micas tinha partido para «Constantinopla» com cartas do embaixador do rei de França para o seu similar na Turquia. O intuito era que o último influenciasse o sultão de forma a que este pressionasse a Sereníssima a obedecer ao Papa, ou seja, a devolver a João Micas esposa e dinheiro. Noticiava ainda que Beatriz de Luna havia enviado a João um navio, roupas valiosas, créditos e salvo-condutos do sultão, e ainda janízeros, para o acompanharem até alcançar o «Turco». E contudo, não obstante o cenário que descreve, não deixa de alertar: «(...) e se a Beatriz de Luna se pode tornar dizem me que o fara, porque staa muito arrepara de se ter hido e ainda staa christã se o era e a filha solteira porque cuida que lhe derão hũa boa cresta de corenta mil ducados que lhe pediu emprestados Ruztam». Mais à frente também não deixa de salientar, em favor de D. Beatriz, que um seu feitor havia dado avisos sobre certos portugueses aprisionados na ilha junto a Ormuz. Em «aviso» apenso à carta refere também que João Micas iria a Alepo, tendo-lhe encomendado e dado contra-senha para o avisar «do que pudesse» sobre as

²⁴ Vide P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., pp. 52-54 e 69-70; e H. P. SALOMON e A. L. LEONI, «Mendes...», cit., in *The Jewish Quarterly Review*, vol. LXVIII, n.ºs 3-4, Janeiro-Abril de 1998, pp. 160-161; e in *O Património Judaico Português*, pp. 101-103.

«cousas da Índia». Fora de Ancona – informava ainda o embaixador no «aviso» – que João Micas lhe escrevera, alertando-o que esperava retornar no espaço de três meses. E isto porque, caracterizava D. Afonso de Lencastre: «tem pratica do mundo para saber da rezam de tudo»²⁵. Já verificámos que o «aviso» anónimo aqui publicado reiterava esta pretensão de D. Afonso relativamente à pessoa de João Micas, clarificando contudo o teor da informação desejada: saber se havia uma possível armada turca, lançada para navegar no Índico. João Micas teria de facto chegado a Alepo? Qual a razão que levaria D. Afonso de Lencastre a suspeitar que a passagem de D. Beatriz e de João Micas para o Império Otomano era apenas um subterfúgio momentâneo, e que estes lhe continuariam fiéis?

É que, quer D. Afonso de Lencastre quer Lourenço Pires de Távora mais tarde (1559-1562), dirigiam – usufruindo da sua posição estratégica como embaixadores em Roma – uma vasta rede de espionagem que contava com judeus e cristãos-novos, alguns dos quais viajavam nos territórios do Império Otomano, sob o pretexto falso de serem pessoas neutrais e inocentes. Por sua vez, conheciam também todo o jogo da espionagem, da contra-espionagem e dos espiões duplos, fazendo eles próprios uso das vicissitudes desta trama para construírem o seu edifício informativo²⁶.

Mas o facto, já salientado, de o nosso «aviso» não ter sido recortado e apenso a uma missiva, parece o anúncio de algo mais dramático em que D. Afonso não queria acreditar: a opção dos Mendes em se estabelecerem na Turquia e se empenharem nas actividades em prol do sultão seu protector.

De facto, em Junho de 1554, João Micas – depois de circuncidado, D. Joseph Nasci – casaria em Istambul, segundo a Lei Judaica, com sua prima Ana – então Rainha. A opção do Judaísmo deveria acolher também parte da família mais próxima que restava na Cristandade. Em Junho de 1555, Beatriz «la Chica», que havia visto seu casamento com João anulado, teve acesso à fortuna devida. No entanto, nessa mesma data, o Santo Ofício de Veneza acabaria por prender o Licenciado Tristão da Cunha, em cujo interrogatório D. Brianda seria implicada como judia. D. Brianda ainda tentou

²⁵ In IAN/TT, CC, P. I, m. 91, doc. 41, pub. in *Corpo Diplomático Português*, t. VII, 1884, pp. 272-276.

²⁶ Sobre este assunto, vide Frédéric LANE, «The Mediterranean Spice Trade. Further evidence of its revival in the sixteenth century», in *The American Historical Review*, vol. XLV, Abril de 1940, pp. 581-590; Maria Augusta Lima Cruz FAGUNDES, «Contribuição para o Estudo dos Correios entre Portugal e Roma no Século XVI», in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. I, 1969, pp. 463-467; Dejanirah COUTO, «L'espionnage...», cit., pp. 243-267; Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo CRUZ, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma História Estrutural*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. II, 1992, cap. IV, I; *Idem*, «Os Diplomatas Portugueses em Roma no Século XVI e as Informações acerca do Turco e da Índia», in *Portugaliae Historica*, 2.ª série, vol. I, 1998, pp. 103-138; e José Alberto R. Silva TAVIM, «O intérprete judeu nos “grandes espaços” do Oriente (século XVI): o triunfo do espião», in *Em Nome da Fé. Estudos in Memoriam de Elias Lipiner*, org. de Nachman FALBEL et al., São Paulo, Editorial Perspectiva, 1999, pp. 203-224.

viver no gueto de Veneza, mas de facto, ela e a filha foram instadas a sair da Sereníssima, rumando para Ferrara com as suas posses, em Janeiro de 1556. D. Beatriz «la Chica» adoptaria o nome judaico da tia: D. Grácia. E D. Brianda, parece que o de Reina.

Quando D. Brianda faleceu, ainda em 1556, Bernardo Micas – ou seja, após a circuncisão, D. Samuel Nasci – partiu de Istambul para ir buscar a jovem Grácia, chegando a Ferrara no início de 1557. O duque Hércules II autorizou as núpcias de Samuel e Grácia a troco de um empréstimo de 35 000 ducados, retirados do dote da jovem. Mesmo assim, pensando na «fortuna» ao seu dispor, o duque não queria que o casal partisse para Istambul. Não conseguiu, porém, fazer face a Suleyman I, o «Magnífico», que chegou a enviar um emissário a Ferrara. Mesmo a Sereníssima, numa derradeira tentativa de aliciar os Nasci, concedeu um salvo-conduto para que Bernardo, sua família e comitiva passassem pelos seus territórios. E em 1567, todos os Nasci seriam ilibados por Veneza da pena do desterro. Mas já a essa data Joseph Nasci era um entre os grandes senhores do Império Otomano ²⁷.

*

A personagem «fantástica» Pedro, na *Viaje de Turquia*, de Andrés de Laguna, refere também a chegada de «don Juan» Micas a Istambul, no ano de 1554. Depois idealiza – ou retrata-se o autor na personagem? – encontros com João Micas na capital otomana, desde os tempos em que entrara cristão, até aos da sua conversão oficial ao Judaísmo. Escreve Pedro:

Los primeros días que el Juan Micas estubo alli christiano, yo le iba cada día a predicar que no hizese tal cosa por el intherese de quatro reales, que se los llebaria vn día el diablo, y hallabale tan firme que çierto yo volvia consolado, y dezia que no iba más de a ver su tia y que se queria luego boluer. Quando menos me caté supe que ya hera hecho miembro del diablo. Preguntado que por qué habia hecho aquello, respondio que no por más de no estar sujeto a las Inquisiçiones de España; a lo qual yo le dixi: Pues hagos saver que mucho mayor la terneis aqui si bibis, lo qual no penseis que sera mucho tiempo, y aquel malo y arrepentido; y no pasaron dos meses que le vi llorarar su pecado, pero consolabale el diablo con el dinero.

A desilusão de «Pedro» era tanto maior quanto sabia que João Micas, «en corte traia gran fausto», tanto do Imperador (Carlos V) como do rei de França, sendo merecedor destes reconhecimentos por ser «gentil hombre» e

²⁷ Vide as sínteses de H. P. SALOMON e A. L. LEONI, «Mendes...», cit., in *The Jewish Quarterly Review*, vol. LXXXVIII, n.ºs 3-4, Janeiro-Abril de 1998, pp. 162-163; in *O Património Judaico Português*, pp. 102-104; P. GRUNBAUM-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., pp. 54-65 e 74-76; e A. L. LEONI, «Documenti...», cit., pp. 118-122.

destro em armas, bom leitor e «amigo de amigos», havendo poucos homens avisados que em Espanha, na Itália e na Flandres, não o conhecessem.

Porém, o D. João Micas a quem Carlos V havia feito «cavaleiro» acabou por se vender ao «Diabo» – isto se seguirmos as explicações mefistofélicas *avant la lettre* da mesma personagem fictícia²⁸. Resta saber, também, em que contexto alguém se transformava em anjo ou demónio. Seria anjo o D. Afonso de Lencastre que pensava que João Micas continuaria a contactá-lo a partir da Turquia, traindo o Senhor Otomano?

De facto, João Micas ascendeu rapidamente no seio do Império Otomano, na sua condição de acolhido especial. Tal como aconteceu com sua tia, a entrada de João Micas em Istambul foi magnífica, estando rodeado de vinte servidores, todos vestidos como senhores, envergando ele próprio vestes de seda guarnecidas de zibelina. Por sua vez, as festividades do seu casamento com Reina duraram dois meses²⁹.

As actividades económicas exercidas por Joseph Nasci permitem dimensionar não só a formidável fortuna disponível como a capacidade da sua rentabilização, com o suporte e usufruto do poder protector. Apoiado na sua extensa rede de «servidores» e amigos judeus, tornou-se o grande fornecedor de vinhos do Serralho, rendeiro da dízima dos vinhos das ilhas turcas, da sua venda no Império e do seu comércio com a Moldávia e com a Polónia, e gestor da cobrança dos impostos que as populações cristãs e judaicas deviam pagar. Os seus agentes estavam presentes nos Balcãs, no Dodecaneso, em Ragusa, Belgrado, Sarajevo, Naxos, Itália – aqui, particularmente em Ancona, Ferrara e Veneza –, em França – sobretudo Lyon –, e na Polónia³⁰. Relativamente a Veneza, de salientar que Joseph Nasci estava ainda ligado à exportação para essa cidade de alúmen, através do seu parente Haron³¹. Devia ser o alúmen proveniente das ricas minas da Phocaea (Foceia), cuja exploração havia arrendado juntamente com Aaron de Segura, em 1560³².

Sem dúvida que o grande aliciador destas disponibilidades foram as *benesses* financeiras oferecidas consecutivamente aos diferentes sultões. Em Istambul, D. Grácia Nasci dirigia em sociedade com seu genro Joseph

²⁸ C. VILLALÓN [A. LAGUNA], *Viaje de Turquía*, p. 131.

²⁹ Cf. P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., pp. 67-76.

³⁰ Vide Cecil ROTH, *The House of Nasi...*, cit., pp. 46-48; Abraham GALANTÉ, *Don Joseph Nasci...*, cit., pp. 13-14; idem, *Histoire des Juifs de Turquie*, t. IX, pp. 61-63; Minna ROZEN, *A History of the Jewish Community in Istanbul. The Formative Years, 1453-1566*, Leida-Boston, Brill, 2002, p. 240; e Halil INALCIK, *The Ottoman Empire. The Classical Age 1300-1600*, Londres, Phoenix, 1994, p. 132; idem, «Foundations of Ottoman-Jewish Cooperation», in *Jews, Turks, Ottomans. A Shared History, Fifteenth Through the Twentieth Century*, ed. por Avigdor LEVY, Syracuse, Syracuse University Press, 2002, p. 10.

³¹ Vide Suraiya FAROQHI, «Before 1600: Ottoman Attitudes towards Merchants from Latin Christendom», in *Turcica*, t. 34, 2002, p. 86, nota 65.

³² Cf. Benjamin ARBEL, *Trading Nations. Jews and Venetians in the Early Modern Eastern Mediterranean*, Leida-Nova Iorque-Colónia, E. J. Brill, 1995, pp. 19, 100, 107 e 177; e M. ROZEN, *A History of the Jewish Community...*, cit., p. 240.

uma Casa bancária³³. Não será por acaso que, como especifica Halil Inalcik, a espectacular ascensão de D. Joseph se deve aos seus serviços financeiros em prol do príncipe Selim (futuro Selim II)³⁴. Aliás, não teria ele próprio aprendido com a experiência de sua tia? É que, conforme P. Grunebaum-Ballin, aquando da sua entrada em Istambul, o grão-vizir Rustem Paxá tê-la-ia obrigado a emprestar ao sultão a soma de 10 000 ducados³⁵. Aliás, esta prática de aliciamento – primeiro pressionada, depois entendida como uma forma de favorecimento – continuou a verificar-se após a morte de D. Joseph. Sabemos por cartas enviadas de «Constantinopa», em 6 e 7 de Março de 1595, que a «sultana madre» Sâfiye havia enviado uma carta «(...) à duquesa que llaman Hebrea muger que fue de don Josep Nasi, alias Juan Micas portugues Duque de Naxia». Nela, a sultana insistia para que D. Reina continuasse a entregar a seu filho Mehmed III (1595-1603) os presentes («regalos») que soube dar a seu marido, Murad III (1574-1595). E logo D. Reina cumpriu a outra parte do jogo de influências³⁶.

Mas outro grande jogo de influências verificou-se no plano diplomático. Joseph Nasci era reconhecido como homem sabedor das negociações e das pretensões dos senhores europeus. Era devido a essas virtualidades que o sultão se dirigia a ele, assim como os embaixadores no Serralho, e até os senhores europeus. Posição tanto necessária quanto os sultões não possuíam representantes seus nas cortes europeias³⁷. O historiador turco Mehmed Mourad refere que Joseph Nasci conheceu Selim em Magnésia, quando este era ainda governador, vindo à sua presença e propondo-se como seu «djévahirdji» (joalheiro). Certo é que, quando Suleyman I pretendeu enviar a Selim 50 000 ducados em espécies e 30 000 ducados em jóias, encarregou dessa missão Joseph, que se deslocou a Kutahia (Ásia Menor), em 1559. E foi na sequência dessa missão que Joseph Nasci recebeu o título de «Muteferik» – ou seja, «nobre», «distinto» – juntamente com o de «Frenk bey oylou» – ou seja, «Príncipe Europeu» – expressos numa carta que o sultão escreveu ao rei de França, Carlos IX, em 1565, exigindo que este o reembolsasse da soma que lhe devia no valor de 150 000 escudos³⁸.

Este documento revela também como o «escudo» dos sultões foi fundamental para que Joseph fizesse vencer os seus interesses na Europa. Na ver-

³³ Vide A. GALANTÉ, *Histoire des Juifs de Turquie*, t. IX, p. 58.

³⁴ H. INALCIK, «Foundations...», cit., p. 10. Vide ainda C. ROTH, *The House of Nasi...*, cit., pp. 17-18.

³⁵ P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., pp. 67-68.

³⁶ Biblioteca Nacional de Madrid, cód. 3832, fól. 223v. Sobre a sultana Sâfiye e as suas «kiras» judias, vide Maria Pia PEDANI, «Safiye's Household and Venetian Diplomacy», in *Turcica*, t. XXII – *In Memoriam Robert Mantran* – 2000, pp. 9-31.

³⁷ Cf. P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., p. 72.

³⁸ «Carta de Suleyman I, sultão da Turquia, a Carlos IX, rei de França», de 26 de Cha'ban 972 (23.III.1565), pub. por A. GALANTÉ, in *Don Joseph Nassi...*, cit., p. 27. Vide ainda *idem*, pp. 11-12.

dade, como o rei de França persistiu na recusa em pagar a Joseph Nasci o que lhe era devido este, autorizado por decreto imperial, conseguiu o sequestro, em Alexandria, de barcos que navegavam sob pavilhão francês, apropriando-se de suas cargas de forma a que fosse recuperada a dívida ³⁹. Outra das «potências» visadas foi a República Veneziana, a quem jamais teria perdoado o sequestro da fortuna e daquela que era a sua cunhada. Teria sido devido às informações da destruição do arsenal veneziano, na sequência de uma explosão, captadas pelos seus espões, que Selim II deu ordem para a conquista de Chipre, em 1570 ⁴⁰. No ano seguinte começou a exigir, junto de Selim II, que fossem reparados os males causados pelas galés venezianas no seu «reino insular» de Naxos ⁴¹. Joseph Nasci serviu-se também da intervenção do seu protector para que o rei da Polónia – Segismundo II (Augusto) – respeitasse os seus interesses como rendeiro da importação da cera naquele país ⁴². Aliás, sabemos que este mesmo rei se correspondia com Joseph Nasci, enviando-lhe uma carta de recomendação como credencial do seu enviado, Andrew Taranowsky ⁴³. Mas as pretensões de alcançar a simpatia e influência de Joseph Nasci surgem dos meios mais inesperados: Michel Lesure revelou que Michel Cernovic, drogomano dos venezianos, desmascarado como espião do imperador Fernando I pretendia, em 1561, que Joseph Nasci intercedesse na aproximação entre os sucessores dos dois impérios – respectivamente, os futuros Maximiliano II e Selim II – devido à «sua devoção notável à nossa Casa de Áustria». Estas palavras, sugeridas por Cernovic, foram redigidas por Fernando I na carta que enviou ao seu «embaixador oficial» em Istambul, Albert de Wyss, em 23 de Dezembro de 1563 ⁴⁴. Na verdade, Joseph Nasci continuou a servir de interlocutor influente, pois quando Maximiliano II pretendeu negociar a paz com Selim II, após a conquista turca de Szigeth (1568), não deixou de recomendar aos seus delegados que oferecessem ao influente judeu um presente de 2000 ducados. Aliás, o próprio imperador chegou a corresponder-se com Joseph Nasci, para obter o seu apoio ⁴⁵. Mas o grande senhor que pretendia os serviços de Joseph

³⁹ «Ordem de Selim II ao Beyler-bey do Egipto, de 6 de Redjeb 976 (3.XII.1568)», *idem*, pp. 31-32. *Vide ainda idem*, pp. 16-17. Quanto a este caso de pressão sobre a França, *vide ainda* C. ROTH, *The House of Nasi...*, cit., pp. 66-74; e P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit. cap. VI.

⁴⁰ Cf. A. GALANTÉ, *Don Joseph Nassi...*, cit., p. 18.

⁴¹ Cf. Michel LESURE, «Notes et documents sur les relations vénéto-ottomanes, 1570-1573, I», in *Turcica*, t. IV, 1972, p. 153.

⁴² «Carta imperial ao rei da Polónia», de 17 de Ramazan de 975 (17.III.1568), pub. por A. GALANTÉ, in *Don Joseph Nassi...*, cit., pp. 28-29. *Vide ainda idem*, p. 19.

⁴³ Cf. C. ROTH, *The House of Nasi...*, cit., pp. 56-57.

⁴⁴ Cf. «Michel Cernovic “Explorator Secretus” a Constantinople (1556-1563)», in *Turcica*, t. XV, 1983, pp. 153-154.

⁴⁵ Cf. A. GALANTÉ, *Don Joseph Nassi...*, cit., p. 15; e P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., pp. 137-138. Sobre os acontecimentos aqui referidos, *vide a síntese* de Jean-Louis BACQUÉ-GRAMMONT, «L’apogée de l’Empire ottoman», in *Histoire de l’Empire Ottoman*, dir. de Robert MANTRAN, Paris, Fayard, 1989, pp. 155-156.

era o sultão turco. Sabemos, por exemplo, que nos anos 60, e por pressão do Serralho, tentou influenciar o duque de Sabóia, Emanuele Filisberto, para que este se apoderasse de Chipre, então na posse dos inimigos venezianos. Por sua vez, em 1572, o duque escreveu pessoalmente a D. Joseph para que fosse favorável à livre circulação de comerciantes entre os seus domínios e os territórios otomanos ⁴⁶.

Os serviços de Joseph Nasci foram também recompensados com importantes concessões territoriais.

Em 1561, Suleyman I, o «Magnífico», entregou Tiberíades a D. Joseph Nasci, que a tentou restabelecer como cidade judaica. Tiberíades – cuja designação homenageia o imperador reinante aquando da sua fundação, Tibério – fora, na primeira metade do século II, escolhida para sede de Sinédrio e residência patriarcal. Contudo, os registos otomanos para os anos de 1525-1573 mostram que Tiberíades ficava incluída, então, na «província» de Safed – revelando perda de autonomia administrativa – que possuía uma população maioritariamente não judaica, e que esta era pouco significativa ⁴⁷. Na memória sobre Tiberíades recorda-se sobretudo que D. Grácia tinha comprado a cidade por avultada quantia e tributo perpétuo de 1000 cruzados de ouro ⁴⁸. Contudo, Tiberíades e sete aldeias dos arredores foram de facto entregues a D. Joseph Nasci. Não se conhecem exactamente os termos da concessão, mas certamente que D. Joseph devia entregar ao sultão certa quantia anual, como ficara acordado com sua tia. E também como D. Grácia, devia ter adquirido o «iltizam», ou seja, o direito de colectar impostos ⁴⁹. Cecil Roth pensa que faria ainda parte desta outorga a exigência da «corveia» ⁵⁰. Sem poder abandonar Istambul, Joseph Nasci acabou por enviar como representante o seu agente ben Ardut, com o objectivo de reconstruir a cidade. Há informações que a muralha foi reparada, assim como a malha urbana e uma antiga sinagoga. D. Grácia subsidiou também a Academia Rabínica da cidade. D. Joseph conseguiu a importação de lã espanhola e ordenou o cultivo dos arredores de Tiberíades com amoreiras, com o objectivo de constituir ali importante indústria têxtil ⁵¹. Contudo, estes planos ambiciosos não tiveram os efeitos desejados. A morte de D. Grácia,

⁴⁶ Cf. Cecil ROTH, «Joseph Nasi, duke of Naxos, and the Counts of Savoy», in *The Seventy-fifth Anniversary Volume of the Jewish Quarterly Review*, ed. por Abraham A. NEUMAN e Solomon ZEITLIN, Filadélfia, pub. pela *The Jewish Quarterly Review*, 1967, pp. 460-472.

⁴⁷ Cf. Bernard LEWIS, «Notes and Documents from the Turkish Archives: A Contribution to the History of the Jews in the Ottoman Empire», XX, in *Studies in Classical and Ottoman Islam (7th-16th Centuries)*, Londres, Variorum Reprints, 1976, p. 9.

⁴⁸ Vide frei Pantaleão de AVEIRO, *Itinerario de Terra Sancta e suas particularidades*, ed. de António BAIÃO, Coimbra, I. da Universidade, 1927, pp. 471-472.

⁴⁹ Cf. M. ROZEN, *A History of the Jewish Community...*, cit., p. 240.

⁵⁰ Cf. C. ROTH, *The House of Nasi...*, cit., p. 110.

⁵¹ Vide Yosef HA-COHEN, *El Valle del Llanto ('Emeq ha-Bakha)*, Crónica hebrea del siglo XVI. Introdução e notas de Pilar León Tello, Barcelona, Riopiedras Ediciones, 1989, pp. 164-165.

em 1569, divergências no seio da população de Tiberíades, ataques dos beduínos e o facto do apelo de D. Joseph para que populações judaicas da Europa (sobretudo da Itália⁵²) viessem povoar a cidade, não tivesse sido correspondido, fizeram com que o sonho não passasse de uma quimera. Prova disso é a estagnação da população judaica aí residente, registada na documentação otomana de 1571-1572⁵³. A importância simbólica de Tiberíades não se desvaneceu, pois sabemos que outro grande potentado judeu do Império – Álvaro Mendes, aliás, Salomão ibn Yaish – obteve a sua concessão, nos anos 90, para si e para o seu filho Francisco (Jacob)⁵⁴. Fora em Tiberíades que se reunira o último Sinédrio – o Conselho da Nação – sob a presidência do último príncipe – em hebraico, «nasci». Face a Safed – cidade de administração otomana –, a dádiva de Tiberíades faria sentido quando Joseph ostentava igualmente a designação Nasci⁵⁵, e quando vários religiosos, como o rabi Jacob Berab, insistiam desde há anos que era necessário restabelecer na Terra Santa o centro da vida espiritual judaica, assim como o antigo Sinédrio⁵⁶. Tornava-se assim um entre outros reis-vassalos, actuando sob as benesses dos sultões⁵⁷.

Mas a dádiva que lhe deu maior importância foi a do ducado de Naxos.

Após o afastamento do favorito Bayezid e a ascensão de Selim II (1566-1574), Joseph Nasci usufruiu de um contexto extremamente favorável, como protegido daquele sultão. Foi no decurso da cerimónia de beija-mão, quando Selim II ascendeu ao trono por morte de Suleyman I, o «Magnífico», e na presença de todos os altos funcionários do tempo, que o favorito Joseph Nasci foi nomeado duque de Naxos e das Cíclades Andros, Paros, Antiparos, Milo, Siros, Santorin – no total dezoito ilhas –, devendo pagar um tributo anual de 6000 ducados⁵⁸. O arquipélago havia sido atribuído, no início do século XIII, ao veneziano Marco Sanudo e seus descendentes, e a partir de 1383 à família Crispi, de Verona. Selim aproveitou uma revolta dos súbditos da ilha de Andros contra os seus senhores, para entregar o ducado a Joseph Nasci⁵⁹. E é assim que se intitularia para sempre nas suas missivas a senhores cristãos. Mas as suas ambições sempre foram maiores. Guarda-se um documento endereçado ao seu administrador local, o gentil-homem

⁵² Teriam vindo sobretudo de Cori e Pésaro – vide A. ARCE, «Espionaje y última aventura de José Nasi (1569-1574)», in *Sefarad*, ano XIII, fasc. 2, 1953, p. 275.

⁵³ Cf. B. LEWIS, «Notes and Documents...», cit., p. 9.

⁵⁴ Vide a síntese sobre este personagem, de Abraham GALANTÉ, *Don Salomon Aben Yaèche, duc de Mételin*, Istambul, Société Anonyme de Papeterie et d'Imprimerie Fratelli Haim, 1936.

⁵⁵ Sobre a designação «Nasci» vide Solomon ZEITLIN, «The titles High Priest and the Nasi of the Sanhedrin», in *The Jewish Quarterly Review*, new series, vol. XLVII, 1957-1958, pp. 1-5.

⁵⁶ Vide C. ROTH, *The House of Nasi...*, cit., pp. 100-101.

⁵⁷ Acerca da questão em torno de Tiberíades, vide sobretudo C. ROTH, *The House of Nasi...*, cit., cap. V; e P. GRUNBAUM-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., pp. 78-81.

⁵⁸ Cf. A. GALANTÉ, *Don Joseph Nassi...*, cit., p. 13. 14 000 Ducados, diria A. ARCE – cf. «Espionaje...», cit., p. 275.

⁵⁹ Cf. C. ROTH, *The House of Nasi...*, cit., pp. 75-77.

cristão (de facto converso) Francesco Coronello, no qual ele se intitula «Josephus Naci Dei Gratia Dux Segei Pelagi, Dominus Andri, etc. ...»⁶⁰. Não possuía ele as vinhas de renome na Sicília, Quios e Chipre⁶¹? Aliás, como veremos, tentou mesmo ser designado rei-vassalo desta última ilha.

Na verdade, embora Joseph Nasci não residisse em Naxos, preferindo viver no seu palácio de Belvedere, em Istambul, junto da corte, para tratar de todos os outros seus interesses com mais proficiência, entregou a administração da ilha, como já referimos, ao cristão Francesco Coronello. Mas foi a partir de Istambul que ele obteve um «iradé» (ordem imperial), obrigando os habitantes de Naxos, estabelecidos em Gálata, a regressarem ao seu ducado. O objectivo era, por esse meio, fazer com que todos os originários das ilhas do ducado pagassem o imposto devido à sua Casa Ducal⁶². Mais tarde enviou a Naxos o cádi de Quios, com a missão de proceder ao recenseamento das ilhas do seu ducado, e de apresentar uma lista dos seus habitantes em estado de pagar o «haradj» (imposto)⁶³. E não deixou também de defender o ducado que lhe foi entregue: conseguiu uma ordem de Selim II para que os súbditos muçulmanos não se estabelecessem nas suas ilhas, pois podiam exigir a intervenção, a título de protector, do seu inimigo, Mehemed Paxá Sokolli, que se tornara grão-vizir após a morte do «aliado» Rustem Paxá Pialé⁶⁴; conseguiu outra ordem imperial que autorizava o almirante Pialé a perseguir os descendentes dos corsários que infestavam o seu arquipélago⁶⁵; e ainda outra ordem, para que os cádis da Rumélia e da Anatólia aprisionassem Giacomo IV, último duque de Naxos, em boas relações com Veneza e com o Papa, e que pretendia fomentar a revolta entre os habitantes de Naxos⁶⁶.

A sua carreira, fortuna e possessões foram também asseguradas por um conjunto de aliados que lhe prestaram serviços e o protegeram: além de

⁶⁰ De PERA, em «Constantinopla», 15.VII.1577, pub. por A. GALANTÉ, in *Don Joseph Nassi...*, cit., pp. 14-15.

⁶¹ *Idem*, p. 13.

⁶² Vide «Ordem ao Cádi de Gálata», Adrianópolis, de 22 de Djemazi-ul-ewel de 975 (24.XII.1567), pub. *idem*, pp. 27-28. Vide ainda *idem*, p. 20.

⁶³ Vide «Ordem ao Cádi de Quios», s.l., de 27 de Djemazi-ul ewel de 975 (29.XI.1567), pub. *idem*, p. 28.

⁶⁴ Vide «Ordem a Pialé Paxá», s.l., de 23 de Ramazan de 975 (23.III.1568), pub. *idem*, p. 30. Vide ainda *idem*, p. 20.

⁶⁵ Vide «Ordem a Pialé Paxá», s.l., de 23 de Ramazan de 975 (23.III.1568), pub. *idem*, p. 30. Vide ainda *idem*, pp. 20-21.

⁶⁶ Vide «Ordem aos cádis da Rumélia e da Anatólia», de 16 de Zilhídje de 975 (13.VI.1568), pub. *idem*, p. 31. Vide ainda *idem*, p. 21. Sobre o seu domínio de Naxos e de outras ilhas do ducado, vide o detalhado estudo de C. ROTH, in *The House of Nasi...*, cit., cap. IV; e ainda P. GRUNEBAUM-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., pp. 81-83, e cap. V; e A. GALANTÉ, *Don Joseph Nassi...*, cit., pp. 14-15 e 19-21.

⁶⁷ Cf. B. ARBEL, *Trading Nations...*, cit., p. 36.

Selim II, o grão-vizir Rustem Paxá, Lala Mustafá e Pialé, também Paxás, e respectivamente general e almirante da armada turca⁶⁷.

Mas foi também a pertença irrecusável a «determinados» círculos do Serralho que levaram a uma «deterioração» da sua imagem e carreira, nomeadamente quando se envolveu na conquista da ilha de Chipre, de que pretendia ser rei-vassalo.

Já vimos anteriormente que ele tinha apoiado as pretensões do duque de Sabóia para se tornar rei da ilha sob tutela otomana⁶⁸.

Aliás, a conquista de Chipre era um «assunto» considerado «de lege» pelas autoridades otomanas. Por exemplo, Cheikh-ul-Islam Ebou-el-Seoud Effendi preconizara a conquista de Chipre sob o pretexto de que essa ilha fazia parte, outrora, das Terras Islâmicas, e declarou-se prestes a promulgar a «fetwa», justificando a declaração da guerra⁶⁹. Já vimos anteriormente que teria sido devido às informações da destruição do arsenal da «Sereníssima», captadas pelos espões de Joseph Nasci, que Selim II teria ordenado a invasão de Chipre⁷⁰. Os turcos apoderaram-se de Nicósia e cercaram Fama-gusta em 1570, caindo a totalidade da ilha sob a tutela otomana no ano seguinte. Contudo, Joseph Nasci não ascendeu a um ambicionado título de «rei-vassalo» da ilha. O grão-vizir Sokolli, seu inimigo figadal, chamou a atenção para o facto de que a nomeação de Nasci para um território de tal importância seria mal acolhida pelas potências europeias cristãs e nomeadamente pelos muçulmanos do império e de outros países. Mas na realidade era uma questão de «poder» que estava em causa, pois foi a Sokolli que acabaram por ser atribuídas as rendas de Chipre⁷¹.

Assim, toda uma série de insinuações e comentários, contemporâneos e posteriores, de que a conquista de Creta fora uma instigação directa de Joseph Nasci, e pretendida por este, deve ser doseada com a constatação de que os interesses em jogo pertenciam a circuitos mais alargados. De facto corria (e corre) a lenda que o duque de Naxos se pretendia vingar das peripécias negativas da sua estadia em territórios da Sereníssima. E ainda que este arquitectava graves exposições, de forma a seduzir o sultão à conquista da ilha. Por exemplo; Manoli Blessi – um pseudónimo de António Molin, chamado «Il Burchiella» – no seu *Dialogo de Selin con Giosuf ebreo...*, editado em Veneza após a queda de Chipre e a vitória naval cristã de Lepanto (7 de Outubro de 1571), reflecte aquela «imagem construída». No referido *Dialogo* o sultão Selim queixa-se a Joseph que foi ele, contrariamente aos conselhos do grão-vizir (Sokolli), que o instigou à conquista da ilha, que lhe

⁶⁸ Vide *supra*, nota 46.

⁶⁹ Cf. A. GALANTÉ, *Don Joseph Nasci...*, cit., p. 18.

⁷⁰ Vide *supra*, nota 40.

⁷¹ Cf. A. GALANTÉ, *Don Joseph Nasci...*, cit., p. 19. Sobre este assunto de Chipre vide ainda o estudo detalhado de C. ROTH, in *The House of Nasi...*, cit., cap. VI; e ainda P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., cap. VIII.

custara, em consequência, a perda de uma importante frota – ou seja, a da batalha de Lepanto. Mas Joseph logo tentou aplacar o sultão, lembrando que havia conquistado um novo reino, engrandecendo assim a sua Casa, e que a perda da frota era algo de reparável⁷². Contudo, como chama a atenção Benjamin Arbel, partindo da análise dos relatos dos vários «bailos» venezianos em Istambul, as grandes decisões da política estrangeira otomana só indirectamente teriam sido influenciadas por um homem como o «cortesão» D. Joseph Nasci, resultando sobretudo da luta pelo poder entre os poderosos Paxás⁷³. Na verdade, duas visões opostas sobre a política bélica relativa ao Ocidente adensavam-se então no Serralho. O grão-vizir, Mehmed Paxá Sokolli, aliado tradicional da República de Veneza, pensava voltar o poder turco contra Filipe II de Espanha, considerado o grande inimigo do Islão. Pelo contrário, Lala Mustafá, o almirante Pialé Paxá e, por arrastamento, Joseph Nasci, insistiam em que o embate com a frota de Filipe II seria desastrosa, e face a essa presunção, a conquista da ilha de Chipre era justificada sob o pretexto da antiga pertença ao Islão⁷⁴. Arbel chama a atenção para o facto de que, por outro lado, a sua aversão em relação a Veneza não era assim tão diametral. Não esqueçamos que em 1567 tinha obtido da Senhoria a remissão da ordem anterior de expulsão, na sequência do episódio do rapto da jovem Beatriz⁷⁵. E que possuía agentes na veneziana ilha de Creta, devido ao seu negócio dos vinhos. Por outro lado ainda, quando persuadiu Selim II a requisitar os barcos e bens franceses em Alexandria, para ser compensado dos 150 000 ducados que o rei de França lhe devia, Nasci não deixou de encorajar a Sereníssima, em Setembro de 1568, a intensificar os seus negócios naquele porto, para ultrapassar os prejuízos da queda do tráfego marítimo local, que aquela decisão acarretou⁷⁶.

*

Benjamim Arbel chama também a atenção para o facto de, nas vésperas da guerra cipriota, o auge da carreira de Joseph Nasci estar já ultrapassado. Na verdade, a sua Casa estava em bancarrota, pois Joseph Nasci entrara numa situação de débito em diversos locais e os credores haviam-se apropriado das suas mercadorias⁷⁷. Mas foi a morte do protector Selim II, em 1574, que provocou um verdadeiro declínio do poder deste duque judeu.

⁷² Cf. P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Nasci...*, cit., p. 144; e B. ARBEL, *Trading Nations...*, cit., pp. 56-57.

⁷³ Cf. B. ARBEL, *Trading Nations...*, cit., p. 57.

⁷⁴ Cf. P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Nasci...*, cit., pp. 133-134; e *supra*, nota 69.

⁷⁵ *Vide supra*, nota 27.

⁷⁶ Cf. B. ARBEL, *Trading Nations...*, cit., pp. 57-58.

⁷⁷ Cf. P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Nasci...*, cit., pp. 123, 125, 128; e B. ARBEL, *Trading Nations...*, cit., p. 58.

O seu sucessor, o sultão Murad III (1574-1595), manteve-o na sua dignidade, embora fosse Sokolli, aliado ao judeu Solomon Ashkenazi⁷⁸ – ou, seja, o «partido pró-veneziانو» –, quem passou a ter um lugar de destaque.

Joseph Nasci morreu em 1579, no seu palácio de Belvedere. Instigado pelo grão-vizir Sokolli, o sultão ordenou que fosse realizado um inventário dos seus bens – incluindo as suas jóias e tesouro – sob o pretexto da necessidade de pagamento das suas dívidas. Mas segundo o embaixador de França em Istambul, Jacques de Germigny, da sua riqueza pouco restava além do necessário para repor o dote da duquesa Reina, no valor de 90 000 ducados. A restante fortuna teria sido dispensada em vida luxuosa, na intriga diplomática, e no suporte do seu ducado «artificial». Este, por sua vez, acabou por ser integrado no Império. Quanto a D. Reina, continuou na posse do seu palácio, e devia ter herdado uma vasta fortuna de sua mãe. E embora Cecil Roth considere que ela estava mais interessada na actividade intelectual, mantendo a grande biblioteca de seu marido e o patronato sobre a imprensa hebraica, retirando-se da cena de influência política exercida por outras judias contemporâneas⁷⁹, na verdade, como já referimos, encontramos uma informação na Biblioteca Nacional de Madrid que revela o contrário: em cartas enviadas de «Constantinopla», de 6 e 7 de Março de 1595, soube-se em Madrid que a «sultana» (Sâfiye) tinha enviado uma carta a D. Reina, sugerindo que entregasse a seu filho – o sultão Mehmed III (1595-1603) – os «presentes» que havia dado a seu marido Murad III⁸⁰. D. Reina continuaria assim o jogo político do marido, «tolerado» por Murad III graças ao favor de sua mãe, Nou Banou, esposa de Selim II⁸¹. Durante este período, a duquesa teria já abandonado o palácio do marido e habitava em Kuruçesme, num subúrbio situado mais a oriente. Mais uma vez Cecil Roth coloca a hipótese que esta «habitação recente» seria menos magnífica⁸². Mas o facto é que Stéphane Yerasimus revelou que Moisés Hamon, Reina Mendes e Ester Kira⁸³ foram as únicas personalidades judaicas que aglutinaram comunidades ligadas estritamente às suas pessoas: descendentes, clientes e servidores. No caso de Reina tomava o nome de Cema'at-t Sinyora, e era constituída, também, por «domésticos» de sua casa⁸⁴. A segunda

⁷⁸ Sobre Solomon Ashkenazi, vide B. ARBEL, *Trading Nations...*, cit., n.ºs 4 e 5.

⁷⁹ É o caso da judia Ester Kira.

Sobre as «influentes kiras», vide o artigo de M. P. PEDANI, cit. *supra*, nota 36. Acerca de Ester Kira leia-se nomeadamente a síntese de A. GALANTÉ, na sua *Histoire des Juifs de Turquie*, t. IV, pp. 145-147.

⁸⁰ Vide *supra*, nota 36.

⁸¹ Cf. P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., p. 161.

⁸² C. ROTH, *The House of Nasi...*, cit., p. 219.

⁸³ Sobre Ester Kira vide *supra*, nota 79.

⁸⁴ Cf. Stéphane YERASIMUS, «La communauté juive d'Istanbul à la fin du XVI^e siècle», in *Turcica*, n.º 27, 1995, pp. 113, 118 e 125.

Senhora morreu cerca de 1599. A única descendente do casal teria falecido ainda jovem ⁸⁵.

*

Acontece que a designação «domésticos» não tinha naquele tempo apenas a conotação actual, sendo aplicada também a comerciantes e procuradores que operavam em prol de grandes potentados judaicos ⁸⁶. E foi através de uma rede de «clientes, servidores e aliados» que os Nasci continuaram a investir em território cristão, e mesmo de forma secreta, na Península Ibérica. Por exemplo, foi na situação de mestre da sinagoga de Joseph Nasci ⁸⁷, em Istambul, que João Bezerra, ou seja, João português de Lamego ou Muce Barselai, actuou junto dos cristãos-novos portugueses que tinham parentes na Turquia, e que enviavam dinheiro para as sinagogas daquele país através de David Cohen e David Pimoslino ⁸⁸.

Domésticos teriam sido também os «espias» que serviram o duque de Naxos. Embora Benjamin Arbel considere como «mítica» a ideia de que Joseph Nasci liderava uma espécie de organização internacional de espionagem e sabotagem, sublinhando que, paradoxalmente, nunca se encontraram evidências de tal facto ⁸⁹, na verdade essas provas existem, e com certa abundância.

Já vimos no início deste estudo que Joseph Nasci era um «informador» de D. Afonso de Lencastre, embaixador de Portugal em Roma, o qual, presumindo que ele se dirigia a Alepo, pretendia que o informasse das «coisas da Índia». Aliás, nessa mesma missiva – datada de 15 de Novembro de 1553 –, o embaixador refere que lhe havia «encomendado» e «dado contrasenhos», procedimentos usuais quando se utiliza o serviço de um espião ⁹⁰. Na verdade, o «aviso» da Colecção de S. Vicente esclarece que D. Afonso de Lencastre pretendia, de facto, que João Micas o elucidasse se havia armada

⁸⁵ Sobre o final da vida de D. Joseph e de D. Reina vide C. ROTH, *The House of Nasi...*, cit., cap. VIII; P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Naci...*, cit., caps. IX e X; e A. GALANTÉ, *Don Joseph Nassi...*, etc., pp. 24-25.

⁸⁶ Vide o nosso estudo *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997, pp. 389-392; e *idem*, «Abraão Benzamerro, “judeu de sinal”, sem sinal, entre o Norte de África e o reino de Portugal», in *Mare Liberum*, n.º 6, Dezembro de 1993, p. 125.

⁸⁷ Tratar-se-á da sinagoga Seniora, cuja fundação foi de facto atribuída a D. Grácia Nasci? – cf. Abraham GALANTÉ, *Les Synagogues d'Istambul*, extracto do *Haménora*, Julho-Agosto de 1997, p. 7.

⁸⁸ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 12813, fols. 31-47v, 70-98v e 153-153v. Vide ainda Ana Cannas da CUNHA, *A Inquisição no Estado da Índia (1539-1560)*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Divisão de Publicações, 1995, pp. 66-68.

⁸⁹ B. ARBEL, *Trading Nations...*, cit., p. 59.

⁹⁰ Vide *supra*, nota 25.

turca pronta a zarpar para a Índia, e de quantas galés era constituída, especificando de novo o embaixador que lhe havia dado uma contra-senha ⁹¹.

Ficando integrado definitivamente no Império Turco, Joseph Nasci passou a gerir o seu «edifício» de informação em prol dos sultões, partindo da sua experiência no «campo» do inimigo que antes servira. Aliás, já referimos algures que a gestão de redes informativas era um negócio e um serviço prestado à entidade estatal suprema como qualquer outro, sendo essencial para concretizar os actos de diplomacia e da resposta bélica. Era por isso mesmo empreendida por entidades gradadas ao serviço das Casas Reais, como é o caso dos embaixadores de Portugal em Roma ⁹². No caso da Sublime Porta, pensamos que Joseph Nasci obteve, neste campo da política informativa, uma função semelhante à daqueles, até porque detinha uma posição privilegiada similar, como duque de Naxos. E há de facto informação que lembra o outro lado do espelho pretendido por D. Afonso de Lencastre. Por exemplo, António da Fonseca, residente na «Corte de Roma», enviava cartas a Joseph Nasci, avisando-os das pretensões da «Cristandade contra o Turco». Também João Ribeiro, outro cristão-novo que vivia em Veneza, procedia de forma semelhante ⁹³. Relativamente a este último, alguma documentação publicada por Pier Cesare Ioly Zorattini comprova que se tratava de um espião duplo, casado com uma possível parente do Duque de Naxos e de D. Reina, chamada Alumbra de Luna ⁹⁴.

Neste jogo informativo, a «matéria do Oriente» tinha um papel de destaque. Foi devido a preconceitos éticos relativamente à actividade da espionagem e do jogo informativo – que macularia uma «imagem sã» do duque – que as preocupações de Joseph Nasci relativamente ao Oriente teriam sido preteridas nas análises da sua carreira, efectuadas por historiadores no Ocidente ⁹⁵. Ora, sabemos que, em meados do século XVI, cristãos-novos estabelecidos na Índia teriam escrito já a Moisés Hamon, para que este aconselhasse o sultão Suleyman I a intervir no Oriente ⁹⁶.

⁹¹ IAN/TT, *Colecção de S. Vicente*, liv. 8, fól. 165.

⁹² Vide J. A. R. S. TAVIM, «O intérprete judeu...», cit., pp. 203-224.

⁹³ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 10.906, fóls. 70-71.

⁹⁴ Cf. *Processi del S. Uffizio di Venezia Contro Ebrei e Giudaizzanti (1579-1586)*, coord. de Pier Cesare Ioly ZORATTINI, Florença, Leo S. Olschki Editore, vol. VII, 1987; *idem*, «The Ribeiros: a sixteenth century of conversos between two Inquisitions: Lisbon and Venice», in *Inquisição: Ensaios sobre a Mentalidade, Heresia e Arte*, org. de Anita NOVINSKY e Maria Luiza Tucci CARNEIRO, S. Paulo, EDUSP, 1992, pp. 307-317; e Brian PULLAN, *The Jews of Europe and the Inquisition of Venice, 1550-1670*, Londres-Nova Iorque, I. B. Taurus Publishers, 1997, pp. 99, 104-106, 145, 231-233 e 237-240.

⁹⁵ Desenvolvemos esta perspectiva na comunicação apresentada em Paris, no Colóquio da Fundação Calouste Gulbenkian, *La Diaspora des nouveaux-chrétiens d'origine portugaise*, realizado entre 30 e 31 de Outubro de 2003, intitulada: «Pages ouvertes, pages fermées, sur le passé des nouveaux-chrétiens du XVI^e siècle: le fétiche de la "marche civilisationnelle". Quelques exemples autour du cas de l'Inde» (em publicação nas respectivas Actas).

⁹⁶ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 10.906, fól. 7.

P. Grunebaum-Ballin foi o único que chamou a atenção para o facto de Joseph Nasci estar interessado pelo Oriente, devido ao facto de a sua família ter gerido o monopólio português das especiarias em Antuérpia. Especificou ainda que Joseph Nasci esteve ligado às negociações que um vice-rei português prosseguiu junto do sultão, e que se empenhou para que houvesse uma aliança ente as frotas otomana e portuguesa, com o objectivo de manter os «indianos» em respeito⁹⁷. E embora Ballin não mencione documentação

⁹⁷ P. GRUNEBaum-BALLIN, *Joseph Nasci...*, cit., p. 157. O referido vice-rei foi o Conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, que enviou António Teixeira junto de Suleyman I, para tratar de problemas de livre-circulação de súbditos. A iniciativa teria partido do paxá de Baçorá, que pretendia a abertura do comércio com Ormuz – vide *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia*, ed. crítica e comentada de uma Versão Inédita, por Maria Augusta Lima CRUZ, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. I, 1993, Livro Segundo, cap. 4; e Livro Terceiro, cap. 2. No cap. 4 referido, COUTO especifica que foi D. António de Noronha que enviou António Teixeira a Istambul no início do seu vice-reinado. No cap. 2, o mesmo cronista relata que António Teixeira veio até Lisboa com apontamentos do sultão sobre planos de liberdade comercial: os turcos podiam navegar e comerciar em toda a Índia; e os portugueses podiam ter feitorias em Baçorá, no Cairo e em Alexandria. Reunido um Conselho por ordem régia, a decisão foi negativa por temor em relação aos interesses otomanos, determinando-se que, visto o sultão não ter enviado embaixador ou alguém especial, se podia «deixar esquecer o negocio» (p. 214). Maria Augusta Lima CRUZ comprova a menção errada de Couto relativamente ao vice-rei: foi o conde de Redondo e não D. António de Noronha que, em 1563, enviou António Teixeira – *idem*, vol. I, 1993, p. 778, nota 150. Aliás, o próprio Tomé Pegado da Paz, em Lisboa, perante a Inquisição, a 11 de Outubro de 1578, refere que haveria 10 ou 12 anos que da Índia foi ter a «Constantinopla» um «fuão», Teixeira de Azevedo, português «embaixador ao Turco», com o objectivo de arquitectar pazes, indo da metrópole um grego com cartas do rei português sobre o mesmo assunto, mas que esse empenho não teve sucesso devido ao «estorvo» de João Micas – IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 10.906, fols. 48v-49. Salih OZBARAN publicou uma carta de Suleyman I dirigida ao rei de Portugal, de 28 de Muharrem de 972 (5.IX.1564), na qual o sultão requer a D. Sebastião que assegure a passagem por terra e por mar de mercadores otomanos que comerciavam em terras indianas sob domínio português. Acusou-se também o nome do outro interlocutor – Nikola – um dos notáveis do «millet» (comunidade) cristão – vide «The Ottoman Turks and the Portuguese in The Persian Gulf, 1534-1581», in *Journal of Asian History*, vol. 6, n.º 1, 1972, pp. 82-84; e in *The Ottoman Response to European Expansion. Studies in Ottoman-Portuguese Relations in The Indian Ocean and Ottoman Administration in The Arab Lands During the Sixteenth Century*, Istanbul, The Isis Press, 1994, p. 152. Abrahão GALANTE publicou duas cartas enviadas por Suleyman o «Magnífico» a D. Sebastião, acusando estes intentos de paz – vide «Carta imperial ao rei de Portugal», Costantanich (Constantinopla), de 23 de Moharren de 973 (20.VIII.1565); e «Carta imperial a D. Sebastião, rei de Portugal», s.l., de 6 de Rebi-ul-errel de 973 (1.X.1565), in «Nouveaux documents sur les rapports turco-portugais au XVI^e siècle», in *Trabalhos da Academia das Sciencias de Portugal*, 1.ª série, T. II, Segunda Parte, 1915, respectivamente peças justificativas I e II. Na primeira das missivas faz-se referência às cartas enviadas pelo «representante português nas Índias», e ao nome do representante dos interesses portugueses em Istambul – Nicola. Na segunda, o sultão protesta pelo facto de, ao contrário dos pressupostos da paz concluída, peregrinos muçulmanos e negociantes vindos da Índia, por via marítima, continuarem a ser atacados. Nikola ou Nicola é certamente Nicolo Petrocchino. Vide «Cartas do grão-turco para el-rei D. Sebastião», Constantinopla, 14.XI.1563. 1.ª carta: «Traductionne della lettera da qualla scrive Sua Altitudo il grande seniore dli musulmani etc. allo serenissimo ac illustrissimo re de Portugallia, etc.», in IAN/TT, *Gavetas*, XV, m. 14, doc. 20, pub. in *As Gavetas*

comprovante, alguma informação obtida revela o interesse de Nasci pelo Oriente, em ligação com judeus e cristãos-novos dessas paragens. Sabemos, por exemplo, que judeus da Índia enviaram cartas a Joseph Nasci, através do filho de Sem Tob Espanha, para que o duque de Naxos aliciasse o sultão a conquistar a Índia portuguesa. Também Simão Correia, que fora médico na Índia portuguesa, e judaizara em Istambul, incitava Joseph Nasci e o sultão a intervirem contra os interesses portugueses. Uma das missivas transportadas pelo judeu Espanha era precisamente dirigida a um irmão de Simão Correia, que também viera judaizar à capital otomana ⁹⁸.

Na questão da Índia são vitais as notícias de Tomé Pegado da Paz, que por sua vez mostram como o jogo informativo de Joseph Nasci era «trespassado» pela política de espionagem controlada por seu pai – o famoso Duarte da Paz – e de outras personagens que continuavam servindo a Coroa Portuguesa, secretamente. Duarte da Paz era um cristão-novo do Porto, antigo agente duplo de D. João III e dos cristãos-novos perante a Santa Sé, a quem o rei de Portugal acabara por retirar o hábito de Cristo, assim como as honras e privilégios relativos ao estatuto de cavaleiro, ordenando a sua expulsão de Portugal, e a dos seus parentes, em 1542. Duarte da Paz dirigiu-se então a Roma e, por fim, tal como outros cristãos-novos, à Sublime Porta ⁹⁹. Mas aqui continuou o jogo duplo, informando o rei de Portugal

da Torre do Tombo, dir. de A. da Silva REGO, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. IV, 1964, pp. 463-464, na qual se refere o nome do «homo nominatto Nicollao Petro Coctino». Na 2.^a carta – «Traductione della lettera la qualla scrive Sua Alteza gran seniore delli musulmani allo serenissimo ac illustrissimo seniore Sebastiano re di Portugallia etc.», faz-se referência a «Antonio Tesseri Azevedo nominatto» – pub. *idem, ibidem*, pp. 464-465. Sobre este assunto vide ainda S. OZBARAN, «The Ottoman Turks...», cit., in *Journal of Asian History*, vol. 6, n.º 1, 1972 p. 68; e in *The Ottoman Response...*, cit., p. 138.

⁹⁸ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 10.906, fols. 6-7 e 11-11v.

⁹⁹ Vide «Carta de Duarte da Paz, português, cristão-novo, escrita da Turquia, na cidade de Alepo, ao comendador-mor [D. Afonso de Lencastre], sendo embaixador em Roma», 2.XII.1545, in British Library (BL), *Additional*, ms. n.º 28.462, fols. 257-258v; e «Resposta do corregedor da Cidade do Porto sobre Duarte da Paz, solicitador e procurador dos Cristãos-Novos, serem lançados seus parentes deste Reino no ano de 1524», Porto, 2.VI.1542 (cópia consertada de Gaspar da Lousada, de 1629), *idem, ibidem*, fols. 259v-260v. Existe uma incongruência na data do primeiro documento mencionado, ou no seu conteúdo, pois este comendador-mor só seria empossado como embaixador em Roma no ano de 1551 – vide F. ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, p. 590; e M. R. S. T. B. A. CRUZ, *As Regências...*, cit., vol. I, p. 115, nota 203. Sobre Duarte da Paz, vide Alexandre HERCULANO, *História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, 1987, livros 3, 4, 5 e 6; Meyer KAYSERLING, *História dos Judeus em Portugal*, trad. do alemão de Gabriele Borchardt Corrêa da Silva e de Anita Novinsky, introdução, actualização bibliográfica e notas de Anita Novinsky, S. Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, II.^a Parte, caps. 2, 3 e 4; J. Lúcio de AZEVEDO, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1975, p. 446; e Maria José Pimenta Ferro TAVARES, *Judaísmo e Inquisição – Estudos*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 50, 128 e 149. Sobre a família de Duarte da Paz, vide ainda Carlos Manuel VALENTIM, «Mestre João Faras – um sefardita ao serviço de D. Manuel I», in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 1, 2001, pp. 167-220.

sobre as consequências da emigração de cristãos-novos para o Império Otomano¹⁰⁰. Foi devido a esta actividade que chamou Tomé Pegado da Paz a Istambul, em 1552 ou 1553, pois pensava que sendo seu filho, seria um homem de confiança a ser utilizado no seu jogo de espionagem, mais especificamente incumbindo-o de informar as autoridades portuguesas sobre os intuitos do sultão e de Joseph Nasci acerca da Índia e do Índico, e ainda sobre as intenções dos cristãos-novos que da Índia passavam a «Terra de Turcos». Mas nove meses a seguir à sua chegada morreu seu pai, e colocou-se ao serviço de Joseph Nasci, que o fez circuncidar, pois receava que fosse mais um espião duplo (o que na realidade era verdade). Foi como seu servidor que em 1565-1566 se deslocou à corte francesa para arrecadar os 150 000 cruzados devidos por Carlos IX: seguiu então o percurso de Istambul a Argel, cujo paxá lhe entregou uma galera para alcançar Marselha, juntamente com vinte cativos franceses¹⁰¹.

Outra das suas missões esteve relacionada com os judeus Bicudo, recrutados como informadores por Lourenço Pires de Távora enquanto embaixador em Roma, a partir de 1559¹⁰². Isaac actuava em Alepo, e o sobrinho Matias no Cairo¹⁰³.

Após a chegada de Tomé Pegado da Paz, o segundo apareceu em Istambul em trajes de «mouro», com o intuito de tomar conhecimento sobre as galés que o sultão pretendia enviar para o Índico. E logo Joseph Nasci, suspeitando por notícias de Veneza que Matias actuava em prol dos portugueses, ordenou ao «servidor» Tomé que o prendesse. Este encontrá-lo-ia em Alepo, com a pretensão de alcançar Ormuz, mas não o reteve. Aliás, Tomé chegou mesmo a dizer aos inquisidores, em Lisboa, como avisara Matias que não podia levar aquele caminho, porque o prenderiam, devendo voltar a Alexandria e regressar ao Cairo. Devido a todas estas peripécias caiu sob a suspeita de Joseph Nasci, que o acusou de pactuar com Matias Bicudo, e

¹⁰⁰ «Carta de Duarte da Paz, português, cristão-novo, escrita na Turquia, em Alepo, ao comendador-mor [D. Afonso de Lencastre], sendo embaixador em Roma» (cópia consertada de Gaspar da Lousada), 12.XII.1545, in BL, *Additional*, ms. n.º 28.462, fols. 257-258v.

¹⁰¹ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 10.906, fols. 7v e 47-47v. Sobre o assunto do empréstimo ao rei de França, *vide supra*, notas 4, 38 e 39.

¹⁰² Sobre a rede de espionagem em torno de Lourenço Pires de Távora, embaixador de Portugal em Roma, ente 1559 e 1562, *vide* F. LANE, «The Mediterranean Spice Trade...», cit.; e ainda M. A. L. C. FAGUNDES, «Contribuição para o Estudo dos Correios...», cit.

¹⁰³ Acerca da actividade dos Bicudo pode ler-se, em termos de síntese, de Dejanirah COUTO, «L'espionnage...», cit., pp. 250-251; Maria José P. FERRO TAVARES, «Judeus, cristãos-novos e o Oriente», in *Estudos Orientais III – O Ocidente no Oriente através dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Instituto Oriental-Universidade Nova de Lisboa, 1992, pp. 54-55; *idem*, «Judeus, cristãos-novos e os descobrimentos portugueses», in *Sefarad*, ano XLVIII, fasc. 2, 1988, pp. 296-297; e M. R. S. T. B. A. CRUZ, «Os Diplomatas...», cit., pp. 105-138; e *idem*, *As Regências...*, cit., vol. II, 1992, pp. 74, 77, 89 e 95. *Vide* ainda de Dejanirah COUTO, «Bicudo, Isaac e Matias», in *Dicionário do Judaísmo Português*, coord. de Lúcia Liba MUCZNIK, José Alberto TAVIM et al., Lisboa, Presença (em publicação).

ordenou a sua prisão em Sófia – segundo Tomé –, para não dar avisos sobre as coisas que aquele havia ordenado contra Portugal e sobre a Índia. Conseguiu, contudo, fugir para Ragusa, e daí alcançar o Ocidente. Aliás, foi o próprio Matias Bicudo, juntamente com o embaixador português, João Gomes da Silva ¹⁰⁴, que em Roma obtiveram uma carta-patente do Papa para que ele pudesse regressar a Portugal. João Gomes, por sua vez, teria recompensado Tomé Pegado da Paz pelo facto deste o ter avisado que os «judeus da Índia» comunicavam com João Micas ¹⁰⁵. Entre as personalidades visadas, com uma importante vivência no Oriente, encontrava-se Jácome de Olivares, um cristão-novo de Cochim que havia sido detido em 1557 e transportado para Lisboa, onde saiu em auto-da-fé que se realizou na praça da Ribeira em 16 de Março de 1561 ¹⁰⁶. Tomé Pegado da Paz vê-lo-ia em Istambul, em 1571, tecendo depois em Lisboa, passados sete anos, os seguintes comentários:

(...) Jácome de Olivares portugues que foy prezo na Inquisicaom da Imdia e veo a este Regno e daquy se foy tornar judeu a Costamtinopla e sempre tratou com ho Turquo pasado de senhos com que se tomaria a Imdia (...).

Se este turco «passado» é Suleyman I (1520-1566), e não seu filho Selim II (1566-1574), então podemos suspeitar que as ligações secretas à Turquia ter-se-iam mantido pelo menos desde os tempos em que ele vivia em Cochim, ou seja, a partir de 1549-1550 – portanto, desde a época de Moisés Hamon. Também não é por acaso que Tomé Pegado da Paz inseriu o episódio da chegada do embaixador do Achém à corte turca, em 1562 ou 1564, com o objectivo de obter apoio naval para a conquista de Malaca, no seu relato sobre actividades e informações dos judeus e cristãos-novos judaizantes. É que esta passagem de homens e de informações para o «campo turco» teve um peso primordial na conjuntura dos anos 60 e 70 do século XVI. E nela, de uma forma ou de outra, Joseph Nasci jogou um papel determinante no seio do Império Otomano, no contexto da rede negocial, política e informativa que soube constituir ¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Sobre João Gomes da Silva, embaixador em Roma entre 1578 e 1579, que exerceu como os seus antecessores no mesmo cargo semelhante actividade de coordenar uma política informativa em região estratégica, vide F. ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, p. 591.

¹⁰⁵ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 10.906, fols. 8-10v, 29-29v e 49v-50.

¹⁰⁶ Sobre este personagem, vide o nosso estudo «From Setúbal to the Sublime Porte. The Wanderings of Jácome de Olivares, New Christian and Merchant of Cochim (1540-1571)», in *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. II – ed. de Sanjay SUBRAHMANYAM e Kenneth MCPHERSON, 1995, pp. 94-134. REED com a mesma paginação in *Sinners and Saints. The Successors of Vasco da Gama*, ed. por Sanjay SUBRAHMANYAM, Delhi, Oxford University Press, 1998.

¹⁰⁷ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 10906, fól. 11. O sultão do Achém era então 'Allah ad-Din Ri'ajat Syah al-Kahar (1539-1578). Sobre este assunto pode ler-se, de Jorge Santos ALVES, *A Hegemonia no Norte de Sumatra: os sultanatos de Pacém, Achém e os Portugueses (1509-1595)*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresen-

*

Em 1953, A. Arce publicaria um artigo «devastador» para a «construção» de uma imagem sadia de Joseph Nasci, segundo concepções anacrónicas e eurocéntricas¹⁰⁸. A base desse artigo é certa documentação encontrada no Arquivo de Simancas, em que Joseph Nasci se corresponde directa ou indirectamente com Filipe II, rei de Espanha, utilizando o «antigo» nome cristão de «Juan Miques», ou a forma italianizada de «Giovanni Miches».

Já cerca de 1569, Joseph revelaria ao converso Agustín Manuel as suas pretensões de retornar ao Cristianismo, de entregar a Filipe II a praça de Castelnovo – na Dalmácia – e de regressar a Espanha, trazendo toda a sua grande fortuna, e fazendo-se acompanhar de outros judeus e turcos¹⁰⁹.

Mas o próprio João Micas acabaria por enviar um «Memorial» a Filipe II, que pode ser datado de 1571, pedindo-lhe perdão pela sua apostasia, um salvo-conduto para poder entrar em Espanha, com seus bens e mais setenta pessoas, entre judeus e turcos; outro salvo-conduto para não ser molestado pelas Inquisições romana e espanhola; e ainda um terceiro salvo-conduto para salvaguardar as suas pessoas e bens em terras daquele soberano¹¹⁰. Contudo, em carta ao duque de Terranova, datada de 2 de Fevereiro de 1572, e reportando-se às notícias de Agustín Manuel, Filipe II de Espanha acentuava que não devia ser enviado salvo-conduto ou escrita alguma carta, sem que fossem bem certificados os intuitos de Micas – «(...) y si ha mudado de propósito o está en el mismo»¹¹¹. Em 17 de Agosto de 1572 era o duque de Terranova que informava de Palermo Filipe II acerca do diálogo entre Agustín Manuel e Micas. E nele, a questão de Chipre não deixava de estar presente, com a suspeita de que se fosse governante daquela ilha, esta ficaria também sob a tutela do rei de Espanha:

tada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, 1992, P. II, cap. 2.3. Leiam-se também as informações de A. GALANTE, in «Nouveaux documents...?», cit., pp. 138-153; Denys LOMBARD, *Le Sultanat d'Atjeh au temps d'Iskandar Muda (1607-1636)*, Paris, École Française d'Extrême-Orient, 1967, p. 37; e Sanjay SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, 1996, p. 189.

Leia-se ainda o clássico de Charles BOXER, «A Note on Portuguese Reaction to the Revival of the Red Sea Spice Trade and the Rise of Atjeh, 1540-1600», in *Journal of South-East Asian History*, vol. x, 1969, pp. 415-428, e (II) in *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia, 1500-1750*, Londres, Variorum Reprints, 1985.

¹⁰⁸ B. ARBEL adjectivaria um tanto ou quanto injustamente o seu artigo de anti-semita – cf. *Trading Nations...*, cit., p. 59, nota 9.

¹⁰⁹ «Carta cifrada do marquês de Pescara a Filipe II de Espanha», Palermo, 24.XII.1570, in Arquivo General de Simancas (AGS), *Estado*, legajo 1133, fól. 122, pub. por A. ARCE, in «Espionaje...?», cit., pp. 278-280. Vide ainda *idem*, pp. 271-272.

¹¹⁰ «Memorial de João Micas», s.l., s.d. [1571], in AGS, *Estado*, legajo 1135, fól. 179, pub. *idem*, pp. 280-281. Vide ainda *idem*, p. 273.

¹¹¹ «Carta cifrada de Filipe II de Espanha ao duque de Terranova», Madrid, 2.II.1572, in AGS, *Estado*, legajo 1137, fól. 223, pub. *idem*, pp. 282-283. Vide ainda *idem*, p. 273.

Dice [Agustín Manuel] esser estatto in Constantinopoli, hauer ritrouato al Michas di molto bon animo in seruitio di Dio e di V. M.ta et porta resolutione da lui che non perdera occasione alcuna per effectuarlo, et spiacerli grandemente che per esser detto Manuêlo statto rimandato tardi in quelle parti si siano perduti li opportunita, che prima erano delle cose, et per via de Castelnouo, ma che speraua di esser mandato al gouerno de Cipro, che sucedendo fara conoscere il bon seruitio ch'egli dessidera fare, e che per questo conuiene che qua si stia auertito quando esso partira per quel isola ¹¹².

Acontece que a esta data, já D. João de Áustria, irmão de Filipe II de Espanha, se tornara o grande herói da batalha de Lepanto, e Joseph Nasci via defraudados os seus planos para ser empossado por Selim II como rei de Chipre ¹¹³. A. Arce é da opinião que perante tal vitória e esta desilusão, João Micas tinha pensado regressar à Península Ibérica ¹¹⁴. Mas o facto é que o próprio Arce publica um documento em que, como vimos, o converso Agustín Manuel relatava que Micas queria entrar em Espanha com seus bens e tornar-se cristão, muito provavelmente já em 1569 ¹¹⁵. Não estariam então mais prementes as posições do grão-vizir Mehmed Paxá Sokolli, que era aliado de Veneza, ao contrário de Nasci e do seu círculo, favoráveis a Espanha ¹¹⁶? E a «magnífica» Espanha vencedora não «capitalizaria» agora melhor os seus interesses comerciais? Mas como demonstra Arbel, não mantinha ele, também, negócios na veneziana ilha de Creta, e relações privilegiadas com a Senhoria ¹¹⁷?

É de 1574 a última notícia de Simancas sobre o «caso Micas». Em carta cifrada, enviada a Filipe II, de Palermo, em 15 de Fevereiro desse ano, o duque de Terranova comunicava-lhe que havia enviado dois bombardeiros e Agustín Manuel para que lhe trouxessem «resolutione dal detto Miques et riportar alcun segno di effeti, al quale si possi dar credito (...)». Acrescentava ainda o duque que, devido à importância das negociações, «de quali é necessario proceder con confidenza et auenturare», tinha entregue mais duzentos escudos ao referido Manuel ¹¹⁸.

Ora, 1574 foi o ano da morte do sultão protector de Joseph Nasci – Selim II. E o início efectivo do seu declínio social e político. Que poder de manobra tinha agora, depois de defraudadas as esperanças de ser «rei-vassalo» de

¹¹² In AGS, *Estado*, legajo 1141, fól. 2, pub. *idem*, pp. 283-285.

¹¹³ *Vide supra*, nota 71.

¹¹⁴ Cf. *art. cit.*, p. 274.

¹¹⁵ *Vide supra*, nota 109.

¹¹⁶ *Vide supra*, notas 73 e 74.

¹¹⁷ *Vide supra*, nota 76.

¹¹⁸ In AGS, *Estado*, legajo 1141, fól. 2, pub. por A. ARCE, in «Espionaje...», *cit.*, pp. 285-286. *Vide ainda idem*, p. 274.

¹¹⁹ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 10.906, fól. 18. Também as testemunhas João Fernandes e António Fernandes, no mesmo processo e no mesmo ano, designariam João Micas, respectivamente, como o «grão judeu» e o «gram judeu» – *vide idem*, fól. 26 e 29.

Chipre, e perante um novo sultão e um círculo de inimigos que chegavam ao poder? O arquivo de Simancas emudece. Não há resposta de João Micas, muito provavelmente porque ele voltava a envolver-se de novo, e apenas, na «capa» de Joseph Nasci. Mas silenciaram-se também as autoridades espanholas que, como está patente nesta última missiva, tão cientes estavam agora do proveito que ocasionaria o retorno do antigo Micas à Península Ibérica.

*

E toda esta última trama de aproximação de Espanha não lembra, de facto, as peripécias da entrada no Império Otomano, a que o nosso documento da Colecção de S. Vicente laconicamente se reporta? Não se encontrava também D. Afonso de Lencastre ciente de que João Micas lhe enviaria informações secretas das galés otomanas que zarpavam para o Índico? Perante as autoridades informativas portuguesa, em 1553, e espanhola, em 1574, João Micas emudeceu. Quem permaneceu foi o Joseph Nasci que ascendeu no seio do Império Otomano.

Mas do lado das autoridades, as contradições das opiniões sobre a pessoa de João Micas estão também patentes. A «carga semântica» da designação de João Micas como o «Grande Judeu» pela testemunha Pêro Dias, em 1578, no processo de Tomé Pegado da Paz¹¹⁹, arrasta-o de imediato para o «campo» do grande inimigo da Cristandade, designado na documentação, frequentemente, como o «Grão-Turco»¹²⁰. Imagem, sem dúvida, do que se pensava em Portugal acerca da pessoa de Joseph Nasci e da sua família. Aliás, sua tia Grácia Nasci não foi também apelidada pela testemunha João Fernandes, no mesmo processo, como a «Grã-Judia de Constantinopla»¹²¹? E o próprio Tomé Pegado da Paz não acabaria por dizer aos inquisidores que João Micas pretendia ser capitão de uma grande armada, que navegaria «contra a Índia», se o «Turco» lha entregasse¹²²?

Quanto a Filipe II de Espanha, em 1569, numa carta em cifra, enviada ao marquês de Pescara, dava conta de que tinha pleno conhecimento dos intentos de João Micas, «duque de Nexia», contra toda a Cristandade e os domínios espanhóis, e ainda como havia «inteligências» na sua Corte e outras partes, contra os seus reinos, acrescentando: «(...) y que sería de gran seruicio auerie a las manos (...), biuo o muerto (...)»¹²³. Como vimos, nos

¹²⁰ Segundo as concepções de Jean DELUMEAU, aos «olhos do Ocidente», Joseph Nasci tornar-se-ia um duplo agente de Satã, na sua situação «dissimulada» de converso, e de integrante da ameaça muçulmana – cf. *La peur en Occident*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1978, cap. VIII, n.º 2; e cap. IX, n.º 5.

¹²¹ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 10.906, fól. 25.

¹²² *Idem, ibidem*, fól. 54.

¹²³ Vide «Carta de Filipe II ao marquês de Pescara», El Prado, 26.X., in AGS, *Estado*, legajo 1132, fól. 196, pub. por A. ARCE, in «Espionaje...», cit., pp. 266-268.

anos seguintes, as próprias avaliações de Filipe II de Espanha sobre a pessoa de João Micas mudaram significativamente.

Numa imagem semi-poética, Paul Veyne equipara a «História» a um palácio do qual se não descobre toda a grandeza, e do qual não se podem ver todas as alas ao mesmo tempo, mas em que nunca nos aborrecemos por estarmos ali encerrados ¹²⁴. É verdade que este edifício de muitas alas que é a vida João Micas-Joseph Nasci permitiu e permite «percurso» interpretativos variáveis, dependentes da visão e da contextualização temporal e social do «visitante». Estamos a falar de um «visitante» especial: o historiador que tece a sua «intriga» ¹²⁵ com base numa interpretação cuidada e fundamentada. Quanto a nós, e remetendo-nos à questão inicial sobre o destino do nosso «aviso», como não acreditamos em ciclos existenciais, pensamos que a ausência de respostas a esse documento e à carta de Filipe II, de 1574, é o resultado de fenómenos conjunturais que levaram o «antigo» João Micas a não poder, respectivamente, continuar no Ocidente Peninsular, ou aí regressar.

APÊNDICE

Documento I

165

João micas partio agora para constantinopla
ou onde os turcos estiverem com cartas de franceza
se favorecido contra venecianos por que com sentença
dada nam lha guicem Restitui. Deu lha de hum
contra senho para @ me avisase se aqui amada
para a fmdia de quantas gales / do sante
o digna A sua Alteza



«Aviso», s.l., s.d., in Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo,
Colecção de S. Vicente, livro 8, fól. 165.

¹²⁴ Paul VEYNE, *Como se escreve a História*, trad. do francês de António José da Silva Moreira, Lisboa, Edições 70, 1987, pp. 290-291.

¹²⁵ Utilizamos a palavra «intriga» no contexto da elucidação apresentada por Paul RICOEUR, quando escreve: «Composer l'intrigue, c'est déjà faire surgir l'intelligible de l'accidentel, l'universel du singulier, le nécessaire ou le vraisemblable de l'épisodique», in *Temps et récit*, T. I – *L'intrigue et le récit historique* – Paris, Éditions du Seuil, 1983, p. 85.

Documento II

 Por que eu Tenho que Joham micas yra ahalepo he em comendey e deij contra senho para me auisar do que podese saber das cosas da India. E ele me escreue da conha que e speraue dentro de tres mezes ser aqui por que he discreto e tem pratica do mundo pa saber bem dar fozam de tudo /

o cunhado do silua hepartido e me auisa que ao filho seu que auia hido agora oratornado com cartas do Viso Rey e heparecia que soui aqui logo por que estava departido para qua / vindo verejas cartas para sabi se me obiguam a despaçar correo proprio to elas /



«Avisos», in «Carta do Comendador-Mor da Ordem de Cristo, D. Afonso de Lencastre, a D. João III», Roma, 11 de Novembro de 1553, respectivamente, entre fols. 1v e 2; e entre os fols. 2v e 3, in Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte I, maço 91, documento 41. Publicada in *Corpo Diplomático Português, contendo os Actos e Relações Políticas de Portugal com diversas partes do Mundo, desde o século XVI até aos nossos dias. Relações com a Cúria de Roma*, ed. de L. A. Rebelo da Silva, José da Silva Mendes Leal e J. C. de Freitas Moniz, Lisboa Academia Real das Sciencias de Lisboa, t. VII, 1864, pp. 272-276.